



PARECER PRÉVIO Nº 31/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11673/2016.

Aposos: Processos nº 11219/2016 e 11220/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Lúcio Flávio do Rosário (Prefeito Municipal).

6- Advogado: José Amarilis Castello Branco - OAB/AM 931, Marcos Daniel Souza Rodrigues - OAB/AM 10.987 e Mariana Moraes Castello Branco - OAB/AM 12.421.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1416/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acolheu, em sessão o Voto-Vista do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação das contas do **Sr. Lúcio Flávio do Rosário** na Prefeitura de Manicoré, no exercício de 2015, com fulcro no art. 5º, I, da Resolução n.º 04/2002 - RITCE/AM;

10.2. Determinar o cumprimento do art.127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 (sessenta) dias para o julgamento das contas do **Sr. Lúcio Flávio do Rosário**, Prefeito do Município de Manicoré, à época.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho, de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier



PARECER PRÉVIO Nº 31/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 31/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11673/2016.

Apenso: Processos nº 11219/2016 e 11220/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Lúcio Flávio do Rosário (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: José Amarilis Castello Branco - OAB/AM 931, Marcos Daniel Souza Rodrigues - OAB/AM 10.987 e Mariana Moraes Castello Branco - OAB/AM 12.421.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1416/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manicoré. Exercício de 2015.

Determinação. Regularidade com ressalvas. Multa. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acolheu, em sessão, o Voto-Vista do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. À unanimidade:

10.1.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Lucio Flávio do Rosário**, responsável pela Prefeitura Municipal de Manicoré, no curso do exercício 2015, com fundamento no art. 71, II c/c o art. 75 da C.F./1988, arts. 1º, II, 19, II, e 22, II, da Lei n.º 2423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c o art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

10.1.2. Determinar à Prefeitura Municipal de Manicoré que:

10.1.2.1. Atente à necessária publicação de todas as informações referentes à gestão municipal no Portal de Transparência, sobretudo aquelas relativas a receitas e despesas, a fim de que seja devidamente atendido o disposto na Lei n.º 12.527/2011;

10.1.2.2. Implante, caso ainda não tenha sido implantada, a



ACÓRDÃO Nº 31/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Procuradoria Jurídica do Município de Manicoré, conforme o art. 37, inciso II e art. 132 da Constituição Federal de 1988;

10.1.2.3. Envide esforços na promoção e manutenção do equilíbrio financeiro do ente municipal, em atenção ao art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000;

10.1.3. Determinar que seja recomendado à próxima Comissão de Inspeção, que verifique *in loco* se foram cumpridas as referidas determinações;

10.1.4. Arquivar o presente processo, por fim, após cumpridas as providências necessárias;

10.2. Por maioria:

10.2.1 Aplicar Multa ao **Sr. Lúcio Flávio do Rosário** - Prefeito do Município de Manicoré - exercício 2015, no valor de **R\$ 13.654,40** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), com fulcro no art. 308, I, "a" da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, referente ao valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por mês de atraso no envio dos balancetes mensais do exercício 2015, conforme apontado no item 04 do Relatório/Voto. O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

O Conselheiro Relator manteve o valor da multa de ACP constante no seu Relatório Voto, tornando-se vencido o Voto-Vista do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que não fazia menção à referida multa.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho, de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 31/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral